

SÃO CAETANO DO SUL E A CONSTRUÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS AO LONGO DO SÉCULO XX

Cristina Toledo de Carvalho

Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP e historiadora da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

E-mail:

cristina.carvalho@fpm.org.br

Resumo: São Caetano do Sul, município nascido em 1948 e que integra o chamado Grande ABC paulista, desperta atenção pelas estatísticas que denotam o bom nível de qualidade de vida de sua população. Em vista disso, a imagem de uma cidade grandiosa e pujante foi construída, ao longo do século XX, sob a tutela de uma memória triunfalista. Constituída em 1927, ano do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos à região, tal memória dominou as representações sobre o passado da localidade até meados da década de 1950, quando outras interpretações começaram a surgir, criando condição para o desenvolvimento de uma historiografia sul-são-caetanense. Este trabalho apresenta um panorama dos marcos a partir dos quais as memórias atinentes ao município foram construídas, problematizando as suas respectivas narrativas, intencionalidades, sentidos, ações e lugares, bem como as conjunturas históricas e as relações de poder que as permeiam e as engendram. Desta feita, pretende-se, de modo geral, refletir acerca da própria produção de uma identidade sul-são-caetanense.

Palavras-chave: São Caetano do Sul; memórias; representações.

Elemento central do tema deste trabalho, o município de São Caetano do Sul mostra-se como um espaço aglutinador de questões, problemas e tensões. Um grande palco cuja historicidade reside nas múltiplas experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos da cena urbana local, em suas variadas dimensões topográficas e temporais.

Com uma população estimada em 158 mil habitantes, a cidade vem apresentando, desde 1991, um contínuo crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Município autônomo desde 1948 e com uma dinâmica econômica articulada ao processo de desenvolvimento da região do ABC paulista, revelando percentuais crescentes de industrialização a partir da primeira metade do

século passado, São Caetano do Sul, no final da década de 1980, já ocupava lugar de destaque em relação aos demais núcleos citadinos da região. Nesse período, a renda familiar de sua população equivalia a 12,5 pisos salariais, enquanto a média para o restante do Grande ABC era de 7,0 pisos (ROMEIRO e GIMENES, 1989, p. 22). O alto poder aquisitivo de seus moradores e as condições de infraestrutura social possibilitaram ainda ao município reduzir o coeficiente de mortalidade infantil, ao longo dos anos, sendo o menor entre as sete cidades da região, no final do decênio de 1980, com uma taxa de 25,2/1.000 nascidos (ROMEIRO e GIMENES, 1989, p. 22).

Frente a essas estatísticas, ganhou força uma gama de enunciados imagéticos e discursivos que contribuiu para a difusão de representações enaltecidas do poderio econômico da localidade. Sob tal conjunto de representações, a imagem de uma São Caetano pujante foi se constituindo. Assim, expressões como “cidade mais desenvolvida do país” e “cidade de primeiro mundo” emergiram para representar o processo vitorioso de constituição de São Caetano do Sul enquanto município da área metropolitana de São Paulo. Em estreito diálogo com o referido processo, as memórias sul-são-caetanenses foram construídas, projetando perspectivas de passado e futuro e salientando o sucesso do município.

No decorrer desse percurso de produção de memórias, alguns marcos foram eleitos, entre datas, narrativas, práticas e lugares, forjando o que se pode chamar de uma identidade sul-são-caetanense.

A memória triunfalista

Enquanto uma construção social e política, permeada por intencionalidades e interesses de um grupo, a memória impõe-se pela excludência, na medida em que enaltece alguns sujeitos em detrimento de outros. Impossível, neste sentido, não fazer alusão à ideia de Jacques Le Goff, segundo a qual um documento deve ser analisado enquanto monumento, por força de condicionamentos que lhe retiram o pretense caráter objetivo e a inocuidade (1996, p. 545). Centrada na figura do imigrante italiano, transformado no herói fundador da localidade sul-são-caetanense, a memória propagada, mesmo depois do surgimento do município, em 1948, é a mesma que se fez

presente em narrativas triunfalistas difundidas, com grande fervor, a partir de 1927, ano do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes ao então Núcleo Colonial de São Caetano. Aquelas narrativas, por sua vez, deram origem a uma versão da história local que relegou os demais sujeitos a uma posição de meros coadjuvantes no processo de constituição da cidade.

Assim, nos discursos proferidos, anualmente, no dia 28 de julho (dia que marca a chegada do grupo pioneiro de italianos àquele núcleo e que fora transformado na data de aniversário da cidade), por meio, sobretudo, da imprensa local, as informações veiculadas são recheadas de clichês e de representações de enaltecimento ao imigrante. Em tais discursos, a associação entre o poderio econômico de São Caetano, atestado por seu parque fabril, que já era pujante no período de subordinação política ao município de Santo André, e a narrativa gloriosa de seu passado, protagonizado por um herói europeu, o imigrante italiano, é constante, beirando ao lugar-comum.

Por força de uma convergência de fatores, a disseminação dessa memória triunfalista e excludente torna-se compreensível, revestindo-se de um sentido político e hegemônico. Para que haja entendimento acerca de como se deu a sua configuração e imposição como versão dominante da história local, até, pelo menos, a segunda metade da década de 1950, momento em que outras interpretações começam a surgir como contraponto à triunfalista, torna-se prudente o encaminhamento preliminar de algumas questões.

O seu processo de produção em São Caetano insere-se em uma linha que se coaduna com uma teoria elitista de história, propagada, notadamente, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, por meio de narrativas que eram elaboradas do centro para a periferia. As concepções a respeito desta eram, por assim dizer, moldadas pelos olhares e interpretações de grupos hegemônicos e conservadores.

Na comissão dos festejos do cinquentenário de São Caetano só havia um sobrenome de família imigrante chegada a 28 de julho de 1877 – o de Luigi Martorelli. Dos demais membros, quatro eram industriais e um era comerciante. Não era uma comissão de camponeses e operários, e muito menos uma comissão de pessoas que conhecessem diretamente os tempos de sofrimento e de pobreza da história do núcleo colonial. Nesse momento, começa a aparecer uma classe dominante, em São Caetano, vinculada à indústria nascente e ao grande capital (naqueles anos vinte, Armando de Arruda Pereira, parente e sócio de Roberto Simonsen, na Cerâmica S.

Caetano, da qual era diretor, fazia política municipal, fundando um jornal e um partido político local, no intuito de conseguir a autonomia administrativa de São Caetano). A partir desse momento, a história de São Caetano passou a ser vista com os olhos dos vencedores e dos poderosos. Ficou pelos caminhos do tempo a memória daqueles que seriam esquecidos pela História [...] (MARTINS, 1992, p. 39-40).

Em virtude dos meandros ideológicos que ensejam o fazer histórico e as memórias eleitas por ele, é possível compreender as razões que ocasionaram a criação de uma narrativa triunfalista em 1927, na época das comemorações do cinquentenário da chegada dos italianos a São Caetano. Nessa ocasião, o apelo à italianidade era algo que se vinculava ao crescimento do fascismo.

[...] em 1927, o fascismo estava em ascensão na Itália e foi na perspectiva de uma mentalidade fascista e triunfalista, na perspectiva do poder e do progresso, que o aniversário de S. Caetano foi noticiado nos jornais da Itália e nos jornais italianos do Brasil (MARTINS, 1991, p. 18).

Sob essa conjuntura, inúmeros eventos em homenagem aos imigrantes pioneiros foram promovidos na cidade. Dentre as reverências a eles prestadas, encontra-se o lançamento de dois livros, intitulados *Pagine di verità e di vita* (escrito, predominantemente, em italiano) e *O 50º. aniversário da fundação de São Caetano (1877-1927)*, de Renato Bellucci e Roberto Capri, respectivamente. Na mesma oportunidade, uma placa de mármore foi fixada na fachada do templo que hoje abriga a Paróquia São Caetano. Os dizeres nela inscritos endossam as representações gestadas pela versão triunfalista, que vinha ganhando força e visibilidade na localidade, então. Uma memória que se queria única e hegemônica.

O problema que essa memória enaltecida carrega reside no fato de ter ela produzido sérias deformações em relação à interpretação do passado sul-são-caetanense, desconsiderando o processo histórico desenrolado anteriormente à instalação dos imigrantes italianos na cidade, e reduzindo o que se desenvolveu posteriormente a tal episódio à participação, quase que exclusiva, desses imigrantes. À luz dessa memória, a história oficial de São Caetano foi concebida, impondo-se como narrativa autorizada do passado local. Consolidada no decorrer dos primeiros anos de vida do município de São Caetano do Sul, a história oficial da cidade firmou-se como a única que fazia *jus* à

perspectiva de desenvolvimento então vislumbrada pelo quadro promissor da economia sul-são-caetanense. Impunha-se, portanto, como uma autoimagem (LOFEGO, 2000, p. 302), capaz de espelhar a conjuntura em curso na localidade e a construção hegemônica de uma São Caetano pujante e grandiosa.

Em vista disso, não integravam as narrativas oficiais da história local aspectos caracterizadores de uma realidade de adversidades, desigualdades, morte e pobreza, que marcara o cotidiano dos primeiros imigrantes estabelecidos na região. Nela, também não constava a participação de indígenas, africanos e mestiços, que compunham a população da localidade no período precedente ao da criação do Núcleo Colonial de São Caetano. O protagonista de tal narrativa era branco e de origem europeia, personagem que melhor correspondia aos padrões de pensamento vigentes na época e às expectativas reinantes em torno de um município que dava os seus primeiros passos, entre o final da década de 1940 e o início dos anos de 1950.

No contraponto, a historiografia

Conforme destacado anteriormente, a única versão conhecida, até então, acerca do passado local era a triunfalista, que atravessou o tempo, sendo (re)contada e (re)apropriada por meios de comunicação como os jornais locais, os seus maiores propagadores, principalmente na ocasião dos festejos alusivos ao 28 de julho, marco eleito pela história oficial da cidade e por ela transformado em sua data de fundação. Até meados da década de 1950, esta foi a concepção de história dominante em São Caetano.

Em um contexto favorável à disseminação de iniciativas culturais que objetivavam estabelecer um modelo letrado de vida, em consonância com os paradigmas culturais dos grandes centros urbanos, o apoio à publicação de trabalhos que propunham a recuperação da história local observou-se. Nos anos de 1950, São Caetano engatinhava como município, procurando dotar-se de equipamentos que pudessem conceder-lhe uma infraestrutura urbana. Se, por um lado, uma política de estruturação mostrava-se imprescindível, por outro, ações destinadas à valorização da memória sul-são-caetanense tornaram-se decisivas para a formação de uma identidade local, tão cara

ao jovem município de São Caetano, que se esforçava para obter projeção em todas as esferas e âmbitos.

Foi sob tal quadro que surgiram pesquisas como a de José Luiz Salvador Victor Marinaro, patrocinada pela prefeitura e publicada em 1952 no formato de almanaque, com o título *Isto é São Caetano*, e a de José Homem de Bittencourt, lançada em 1956 e divulgada no jornal *A Gazeta*.¹ Ambas trazem à baila informações atinentes ao período da Fazenda Beneditina de São Caetano (período este anterior ao da chegada dos imigrantes italianos ao núcleo colonial, fundado no território de tal fazenda), extraídas, dentre outras, de fontes como as compiladas no *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento*.

Sem a preocupação de avaliar, com profundidade, sua escrita, interpretação ou mesmo possíveis erros hermenêuticos, cumpre ressaltar que esses trabalhos foram os primeiros que abordaram a presença beneditina na localidade sob um prisma diferente do correspondente à perspectiva triunfalista, na medida em que reservaram ao assunto maior atenção, revelando dados, até então, inéditos. Bittencourt, aliás, chegou a questionar, claramente, a qualidade de fundadores dada aos imigrantes italianos, algo que, naquela altura, já estava posto e, tradicionalmente, aceito. Esse ponto de vista dialogaria, depois, com o que seria defendido por José de Souza Martins em seu livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história*.

Lançado em 1957, quando Martins contava apenas com 18 anos, o referido livro foi patrocinado pelo Rotary Clube da localidade e abriu caminho para o desenrolar de um debate historiográfico na cidade, cuja tônica foi a polêmica que se instaurou em torno da questão da fundação de São Caetano. Em sua edição de 27 de julho daquele ano de 1957, o *Jornal de São Caetano*² trouxe um artigo assinado por José de Souza

¹ Em 1959, uma versão ampliada dessa pesquisa de Bittencourt foi publicada sob o patrocínio da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Para mais informações sobre este e outros dados concernentes a ações de apoio à recuperação da memória de São Caetano, a partir da década de 1950, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de. Os 300 anos da Capela de São Caetano: um convite à reflexão. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 55, p. 29-39, ago. 2017.

² Apresentando-se como porta-voz dos interesses sul-são-caetanenses e grande articulador da vida local, o *Jornal de São Caetano*, no início da década de 1950, publicou uma série de reportagens com a finalidade de denunciar os problemas que faziam parte do cotidiano da população. Essa postura crítica e combativa frente às questões municipais pode ser concebida como um traço herdado dos propósitos que motivaram a sua própria criação, em 1946, por parte de um grupo de jovens estudantes da localidade. Entre tais propósitos, estava o de reivindicar melhorias para o então subdistrito de São Caetano, o que acabou

Martins. Na ocasião, o jovem pesquisador enfatizou a respeito do lapso existente na memória local em relação ao longo período processado antes da instalação dos primeiros imigrantes na cidade. Os documentos concernentes a tal período, que Martins conseguira localizar e apresentar em seu primeiro trabalho, não só lhe permitiram problematizar aspectos de uma história local que, pelo que garante a documentação consultada, já se colocava em curso desde o século XVI (antes mesmo do surgimento da fazenda beneditina), como também lhe deram condição de compor uma interpretação acerca dessa história. Interpretação que foi se refinando, na medida em que novos elementos de cunho teórico-metodológico foram sendo incorporados em seu processo de produção do conhecimento, no decorrer de sua trajetória acadêmica.

A despeito desse processo de refinamento pelo qual passou o pensamento de Martins, é cabível registrar um fragmento do que era, em parte, a sua interpretação ou teoria sobre a história de São Caetano, quando da feitura de seu primeiro livro. O seu incômodo frente ao que era propalado pela linha tradicional ou triunfalista era notório:

Ano após ano, comemoramos a fundação de São Caetano do Sul, a 28 de julho, exaltando sempre a memória dos colonos italianos aqui arribados em 1877. Entretanto, um lapso lastimável envolve este emaranhado histórico. Atribuímos, erroneamente, a eles a glória da fundação de nossa terra, sepultando no esquecimento ou na ignorância os nomes daqueles que os antecederam [...]

Até hoje temos dado larga à imaginação e à tradição, doravante, porém, deve prevalecer a verdade, através dos incontestáveis documentos existentes em nossos arquivos históricos (1957, p. 1 e 10).

José de Souza Martins, professor emérito da Universidade de São Paulo, firmou-se como o maior crítico da interpretação tradicional da história de São Caetano. Com uma caminhada que totaliza mais de 60 anos de pesquisa, ele expõe:

Minha proposta é a da resistência às simplificações de uma história oficial estereotipada e inverossímil [...], desprovida da nervura e das contradições da verdadeira história social, um épico fantasioso. Um conjunto extenso de omissões, que é técnica de apagamento da memória, esconde-se na história oficial produzida por um senso comum pobre e ultrapassado, história de folheto e de jornal comemorativo, longe da história documentada e consistente, explicativa e interpretativa (2015, p. 29).

criando condição para o seu engajamento em campanhas de relevo para a história local, como a autonomista, destinada a pleitear o desmembramento político de São Caetano em relação ao município de Santo André.

O primeiro livro de José de Souza Martins sobre São Caetano inaugurou a historiografia local. Questionador da memória triunfalista, que reinou soberana até meados da década de 1950, aquele seu livro pioneiro foi sucedido por vários outros, que igualmente encaminharam um conjunto de reflexões, dando margem à difusão de uma memória distinta da triunfalista e, por conseguinte, à produção de outras histórias.

Embora o debate historiográfico verificado, a partir de então, tenha se concentrado no que se convencionou chamar, no campo da escrita da história, de discurso fundador, ou seja, aquele discurso que é capaz de criar uma nova tradição, com novos sentidos, desautorizando os antigos (ORLANDI, 1993, p. 13), ele foi importante para o fomento de críticas a uma memória que estava posta na cidade. A que representava, única e exclusivamente, a identidade do recém-criado município de São Caetano do Sul.

Em razão do surgimento de algumas outras interpretações, alternativas a esta inerente à memória triunfalista, a história oficial de São Caetano foi colocada em xeque. Abalada, deixou de ser a única versão autorizada acerca do passado sul-são-caetanense. Todavia, a história oficial continuaria, nos anos subsequentes ao lançamento daquele primeiro livro de José de Souza Martins, a figurar no cenário da memória local. Mesmo em face das significativas transformações observadas na cidade, a partir da segunda metade da década de 1960, as narrativas triunfalistas referentes àquela história ainda exerciam uma hegemonia. Basta registrar, nesta perspectiva, a sua relevância frente ao momento dos festejos de aniversário de São Caetano. Em suma, o 28 de julho era (e ainda é) a ocasião máxima de afirmação da história oficial da localidade. O momento solene da prestação de reverências aos “fundadores” italianos, como as procedidas em 1977, durante o centenário da cidade. Naquela oportunidade, registrou-se a reabertura do Museu Histórico de São Caetano,³ que, após mais de uma década fechado, voltaria a funcionar, só que com uma nova denominação: Museu da Imigração Italiana.

³ A história do Museu Histórico de São Caetano remete ao ano de 1959, quando, por força do Decreto 716, de 30 de novembro, foi criado. No dia 23 de julho de 1960, oito meses após sua criação, suas instalações foram inauguradas na Rua Baraldi, 929, esquina com a Rua Rio Grande do Sul, região central da cidade. O seu primeiro diretor ou encarregado-conservador, designação dada ao cargo, na época, foi José de Souza Martins.

A institucionalização da memória

Ainda hegemônicas, as narrativas triunfalistas eram, contudo, limitadas e deficitárias, conforme vinha sendo apontado por José de Souza Martins, desde 1957. Excludentes em sua essência, não seriam capazes de interpretar, de forma aprofundada, toda a efervescência impressa pelas mudanças ocorridas no cenário do município. Demandas, novos sujeitos, interesses, forças e tensões compunham esse cenário, que destoava do que era narrado pela história oficial. A memória local deveria, portanto, ser repensada e a busca pela identidade sul-são-caetanense, retomada. A produção de novas histórias sobre o passado local impunha-se, impreterivelmente.

Somente em 1989, com o lançamento da Revista *Raízes*, esse desafio começou a materializar-se. Primeira de algumas outras ações empreendidas pelo poder público municipal em prol da valorização da memória local, a aludida publicação surgiu com o propósito de tornar o conhecimento histórico e a memória que o norteia acessíveis à população.

Mais do que simples documento, *Raízes* deve servir como desafio estimulante ao resgate contínuo da memória histórico-cultural da cidade, ao registro do processo de transformação do pequeno povoado agrícola em centro industrial (JOVANOVIC, 1989).

Era dezembro de 1989, e o quadro de desenvolvimento que a cidade havia atingido já ecoava para além da região do ABC. Era premente, frente à conjuntura que se apresentava então, a necessidade de recuperar a história da localidade, tendo em vista a (re)construção da identidade sul-são-caetanense. Assim sendo, em 1991, pouco tempo depois do início da circulação de *Raízes*, o prefeito Luiz Olinto Tortorello dava mais um importante passo no sentido da valorização da memória de São Caetano, ao criar a Fundação Pró-Memória. Por meio dessa ação, verificou-se a consolidação da institucionalização da memória do município, enquanto iniciativa componente de um projeto político. Saliente-se que tais iniciativas encontram-se arroladas na esteira de

ações verificadas também em outros municípios do Grande ABC no período, as quais deflagraram, conjuntamente, um movimento integrado em favor da história regional.⁴

Com um aparato representado pela Revista *Raízes* e pela Pró-Memória (que, com o passar dos anos, foi adquirindo uma estrutura ampliada, apoiada em algumas frentes de atuação, como o Museu Histórico, o Centro de Documentação Histórica e a Pinacoteca Municipal), o município de São Caetano do Sul teria a possibilidade de reinterpretar, reinventar e difundir a sua história. Dessa forma, a memória apresentar-se-ia como um dos alicerces das engrenagens de um projeto político e do ideal de município a ele subjacente, contribuindo, de maneira incisiva, para a construção e difusão de uma identidade sul-são-caetanense.

A constituição de memórias, a partir de iniciativas oriundas do poder público, como as observadas em São Caetano, suscita questões que sublinham o quanto uma orientação de culto ao passado encontra-se imbricada em práticas e mecanismos hegemônicos que denotam relações de poder e excludência. Marly Rodrigues, ao discorrer a respeito da questão do lugar da memória na sociedade, assegura que:

[...] nem sempre a construção da memória no âmbito do poder público inclui a valorização de práticas sociais, especialmente as dos segmentos menos favorecidos da população ou mesmo medidas que possibilitem a estes se tornarem sujeitos de suas próprias memórias (2015).

O vínculo com o poder municipal, tanto por parte da Revista *Raízes* (com periodicidade semestral e distribuição gratuita, hoje, em sua 59ª. edição, integra o projeto editorial da Pró-Memória), quanto por parte desta última, que é uma entidade integrante da administração indireta, possibilita discussões e reflexões que perpassam um espectro amplo de conceitos, problemáticas e categorias concernentes, sobretudo, à hegemonia, às relações de poder, à produção do conhecimento, à identidade e à memória social. Primeiro editor de *Raízes*, Aleksandar Jovanovic, no texto do editorial

⁴ Um dos frutos desse movimento em favor da memória da região e uma de suas mais notórias expressões é o Congresso de História do Grande ABC. Idealizado em face de toda uma efervescência observada em torno da memória regional, da qual são tributárias as instituições criadas para salvaguardá-las e o Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem), teve sua edição inaugural realizada em Santo André, em 1990, durante a gestão do então prefeito Celso Daniel (1989-1992). Promovido de dois em dois anos em cada um dos sete municípios da região, já se encontra em sua 14ª. edição, sob a denominação de Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.

assinado na edição de número 2 da publicação, argumenta que “o Poder Público confere os instrumentos necessários à produção cultural, mas não coloca uma camisa-de-força que venha a moldar ou desconfigurar o processo” (1989).

Embora a argumentação de Jovanovic caminhe no sentido da negação de uma ingerência do poder público municipal no processo de produção do conhecimento da história de São Caetano, cabe uma ponderação contrária a tal ideia, principalmente se for levado em conta o fato de a institucionalização da memória sul-são-caetanense apresentar-se como parte de um projeto de poder político, uma estratégia, segundo a definição fornecida por Michel de Certeau (2007, p. 99), estando as iniciativas idealizadas para propagar essa memória inseridas, mesmo que sutil e disfarçadamente, nas engrenagens da administração municipal.

Os postulados teóricos de alguns autores embasam essas argumentações e dialogam, em determinados aspectos, com elas. Para Néstor García Canclini, existe uma lógica que envolve os campos do conhecimento, de modo que “[...] qualquer produção acadêmica ou cultural é permeada de vínculos com poderes estabelecidos e simbólicos, visíveis ou escamoteados” (2005, p. 138). Raymond Williams, por sua vez, é bastante claro, ao afirmar que as interferências políticas nos aparelhos culturais

variam desde aquelas em que as instituições culturais e seus produtores são totalmente subordinados à política até situações mais nuançadas, em que, embora se exerça a orientação política geral, na prática as relações não são significativamente diferentes das que ocorrem no patronato moderno e nos organismos intermediários (2000, p. 55).

Permanecendo ainda no campo teórico, é pertinente ressaltar que a definição dada por Stuart Hall a respeito da categoria hegemonia contribui para o clareamento de questões que circundam a institucionalização da memória sul-são-caetanense. Em suas reflexões sobre a aludida categoria, Hall pondera que a mesma

nunca é uma questão de vitória ou dominação pura [...] nunca é um jogo [...] de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações [...]; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder [...] e não se retirar dele (2003, p. 339).

Cronistas e memorialistas

As ações do poder público municipal sul-são-caetanense em favor da recuperação, valorização e difusão da memória da localidade deram vazão à produção de trabalhos e textos oriundos de um grupo de memorialistas e cronistas. A cidade, assim, passou a ser lida pelos olhares desse rol de autores, cujo crivo que pautava suas ideias e interpretações era o proveniente de suas reminiscências e lembranças.

Estas, enquanto fontes decorrentes de vivências e experiências daqueles autores, criaram narrativas que apresentam um leque temático que privilegia dimensões de suas respectivas trajetórias junto ao cenário de São Caetano, nas quais se imbricam as esferas do público e do privado. Nesta perspectiva, memórias de espaços e lugares, como as relativas a ruas, bairros, indústrias, instituições esportivas, recreativas e culturais, ganham destaque, mesclando-se com as memórias abarcantes da vida familiar e pessoal de tais autores.

Embora reserve espaço, desde o seu primeiro número, a uma produção de viés acadêmico, com respaldo documental e embasamento teórico, os textos de caráter memorialístico são predominantes na Revista *Raízes*. Esta orientação, aliás, de conciliar memória e historiografia, no âmbito da elaboração e disseminação do conhecimento, foi a que direcionou a proposta do projeto editorial idealizado e encabeçado, a partir de 1991, pela então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura de São Caetano do Sul.⁵

Escolhido para inaugurar o aludido projeto, o livro *Nostalgia*, de Manoel Cláudio Novaes, incumbiu ao gênero da crônica o desafio de interpretar aspectos do cotidiano local. Gênero receptor de memórias urbanas, a crônica, em virtude de sua relação de proximidade com a cidade, contribui para a formação do imaginário concernente à vida cidadina, na medida em que se apresenta como canal de divulgação de representações que remetem a variados fragmentos do viver na urbe. Tendo o jornal como o seu suporte de difusão, a crônica tornou-se um estilo eminentemente urbano.

⁵ Dois livros de cunho acadêmico integraram o projeto editorial lançado pela prefeitura de São Caetano do Sul, em parceria com a editora Hucitec, durante o primeiro mandato do prefeito Luiz Olinto Tortorello (1989-1992). Um deles consiste no aclamado *Subúrbio*, de José de Souza Martins, com o qual este artigo dialoga, em alguns momentos. O outro trabalho, por sua vez, é de autoria de Luiz Gonzaga Piratininga. Intitulado *Dietário dos Escravos de São Bento* (originários de São Caetano e São Bernardo), foi publicado em 1991. Ambos confirmam a orientação seguida pelo projeto editorial então mantido pela prefeitura sul-são-caetanense de divulgar obras acadêmicas simultaneamente com as de teor memorialístico.

Com a expansão das cidades e da imprensa, sobretudo a partir do século XIX, ela se impôs. “O chamado ‘gênero menor’ da literatura é uma fonte inesgotável de informações e dados empíricos para a construção histórica”, assevera Luiz Antonio Gloger Maroneze (2014).

Mais do que um meio difusor de crônicas, a imprensa firmou-se como força ativa da história e não mera depositária e narradora de acontecimentos. Como expõe a historiadora Heloísa de Faria Cruz, em suas reflexões a respeito das relações entre periodismo e vida urbana, a imprensa mostra-se como “[...] um lugar fundamental na articulação de projetos, na afirmação de memórias e na construção de sentidos e realidades sociais” (2000, p. 16).

Tendo como parâmetro tal perspectiva, cabe salientar o papel desempenhado por periódicos junto aos processos de constituição e disseminação de memórias em São Caetano. Se, em um primeiro momento, o jornal foi o veículo hegemônico frente ao desenrolar desses processos, posteriormente, quando a institucionalização da memória observou-se no município, outros instrumentos do periodismo ganharam protagonismo e importância, como os livros do já citado projeto editorial da prefeitura e a própria Revista *Raízes*.

Tanto em *Nostalgia* quanto em outros trabalhos que adquiriram o caráter de crônica, entre os quais um cabedal de artigos⁶ publicados na referida revista, um diversificado repertório de olhares, sensibilidades e experiências constitui as memórias da cidade, atribuindo-lhes sentidos e significados.

Na condição de lugar de construção, fruição e difusão de imaginários, a urbe, para além da diretriz metodológica que a concebe somente como um simples recorte espacial de temas de pesquisa, torna-se objeto privilegiado de análises, discussões e reflexões. Estas, por seu turno, levam em consideração o complexo processo de criação identitária que se observa na cidade, por força das memórias nela em cena, bem como “[...] seus usos e manipulações; as hierarquias das lembranças; as ordenações do passado; os esquecimentos e ocultamentos; as representações do presente e as projeções do futuro [...]” (MATOS, 2007, p. 72). Não à toa que, conforme endossa Sandra Jatahy

⁶ Do cabedal de artigos em questão, fazem parte textos de autoria de Jayme da Costa Patrão, Henry Veronesi e Mário Dal’Mas, publicados já a partir das primeiras edições da Revista *Raízes*.

Pesavento, “empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe [...]” (1995, p. 282).

Sem ignorar a complexidade que abarca os trâmites processuais de feitura e propagação de memórias no contexto da vida urbana, é plausível que se apontem, sucintamente, algumas diferenças existentes entre os misteres de cronistas e memorialistas. Enquanto os primeiros constituem-se em narradores de acontecimentos cotidianos, testemunhados e/ou vivenciados por eles, aqueles últimos põem-se como divulgadores de fatos históricos, cujas narrativas prescindem do rigor teórico e metodológico que baliza a produção historiográfica.

Retomando o que foi dito na parte inicial deste item, as iniciativas oficiais em favor da recuperação e valorização da memória sul-são-caetanense contribuíram para que variados trabalhos advindos desses dois grupos emergissem. Além de *Nostalgia*, livro de autoria de um cronista, o projeto editorial idealizado e lançado pela então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura de São Caetano do Sul abriu também espaço para o memorialista Ademir Medici, jornalista responsável, há três décadas, pela famosa coluna Memória, do *Diário do Grande ABC*, periódico de grande infiltração na região.

Intitulado *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC* e publicado em 1993 pela editora Hucitec, em parceria com a prefeitura de São Caetano do Sul, por ocasião da vigência daquele projeto editorial, o mencionado livro traz um panorama a respeito da formação histórica dos bairros sul-são-caetanenses. Nele, são mapeados os seus principais personagens, entre imigrantes de várias nacionalidades (italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, ucranianos, alemães, entre outros grupos étnicos), migrantes nordestinos e de outras regiões do Brasil, além de seus espaços e marcos referenciais.

Neste sentido, o trabalho de Medici aborda questões que circundam a vida de São Caetano após a sua constituição como município da região do ABC, em 1948. Demandas, tensões, conflitos, interesses, entre outras problemáticas trazidas à tona pela intensificação da urbanização da localidade, principalmente a partir da segunda metade do século passado, configuram o quadro conjuntural que é revelado pelo memorialista

em seu trabalho. Quadro este que desvela uma São Caetano que destoia da que é representada pela memória triunfalista e pelo imaginário forjado por ela.

Pela abrangência de sua proposta e por esse destoar que a mesma ocasiona, que amplificam o horizonte de imagens e representações a respeito da cidade, o trabalho de Ademir Medici adquire importância não só pelo fato de ter se firmado como o mais completo livro de teor memorialístico sobre a urbe sul-são-caetanense, mas também em razão de ter legado o seu contributo para o desenvolvimento do próprio campo historiográfico da localidade.

Considerações finais

Partindo do princípio de que “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente” (CONNERTON, 1993), é plausível considerar que, em São Caetano, semelhantemente ao que ocorrera com outros municípios, no tocante aos seus respectivos processos de constituição identitária, a imagem de cidade grandiosa construiu-se a partir do entrelaçamento entre um quadro conjuntural de desenvolvimento e uma série de enunciados discursivos e imagéticos representativos de tal pujança. Assim, sob a chancela de uma memória triunfalista, expressões como “cidade de primeiro mundo” e “cidade mais desenvolvida do país” difundiram-se, representando, no plano simbólico, o que se pode chamar de ideal de município sul-são-caetanense.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JOVANOVIC, Aleksandar. Resgate contínuo, questão essencial. In: *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 2, dez. 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: LEITÃO, Bernardo (et. al.). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LOFEGO, Sílvio Luiz. 1954 – A Cidade Aniversariante e a Memória Coletiva. O IV Centenário da Cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 301-314, abr. 2000.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. A crônica e o fazer histórico na crise da modernidade: reflexões e possibilidades. *Estudios Historicos*, Uruguay, ano VI, n. 12, jul. 2014.

MARTINS, José de Souza. Do Tijucuçu quinhentista ao São Caetano do século XX. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, p. 1 e 10, 27 jul. 1957.

_____. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-23, jan. 1991.

_____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. Prefácio. In: MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993.

_____. *Diário de uma Terra Lontana. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru: Edusc, 2007.

ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

RODRIGUES, Marly. O passado não é uma relíquia. FÓRUM DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DO GRANDE ABC, n. 1, 2015, Santo André.

ROMEIRO, Maria do Carmo; GIMENES, Silvana Pereira. Os grandes números de um pequeno município. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 2, p. 22-24, dez. 1989.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.